

OS CONFLITOS PELA TERRA NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL E OS ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS FEDERAIS NO ACRE (1971 -2022)

CONFLICTS FOR LAND IN THE SOUTHWESTERN AMAZON AND FEDERAL AGRICULTURAL SETTLEMENTS IN ACRE (1971 -2022)

REGINÂMIO BONIFÁCIO DE LIMA

Doutor em História (PUC-RS) e em Teologia (FATEBOM). Mestre em Letras (UFAC) e em Teologia (FATEBOM). Graduado em História (UFAC) e em Teologia (FATEBOV). Professor de História na Universidade Federal do Acre. Membro da Academia Acreana de Letras.

RESUMO

Os conflitos pela posse da terra na Amazônia Sul-Occidental mostram, ao menos, duas faces da mesma disputa: a dos compradores de terras que intentavam derrubar a floresta para vender as árvores de madeira nobre, e a dos habitantes das zonas rurais que necessitavam da floresta de pé para manter o sustento de suas famílias. Para as tipificações dos movimentos sociais e dos grupos comunitários, tomamos por empréstimo os termos utilizados por: Guevara, os enfoques teóricos e as agendas de investigação; Choi-Fitzpatrick, os perfis de liderança; e, Munck, a centralidade das abordagens. Nosso objetivo foi analisar as lutas pela posse da terra na Amazônia Sul-Occidental e o germinar de uma reforma Agrária ensejada pelo Governo Federal, a fim de perceber os quantitativos de terras disponibilizadas e de famílias assentadas nas terras acreanas. O paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária serviram de base para a nova política de terras implementada de forma arbitrária e excludente. No meio disso tudo os Governos Federal e Estadual fechavam os olhos para as matanças de trabalhadores nas matas acreanas.

Palavras-chave: Acre; Amazônia Sul-Occidental; Conflitos de terras; Movimentos Comunitários; Reforma Agrária.

ABSTRACT

Conflicts over land tenure in the South-Western Amazon show at least two faces of the same dispute: that of land buyers who intended to cut down the forest to sell hardwood trees, and that of inhabitants of rural areas who needed the forest standing to support their families. For the typifications of social movements and community groups, we borrowed the terms used by: Guevara, theoretical approaches and research agendas; Choi-Fitzpatrick, Leadership Profiles; and, Munck, the centrality of approaches. Our objective was to analyze the struggles for land tenure in the South-Western Amazon and the germination of an agrarian reform envisioned by the Federal Government, in order to perceive the amount of land made available and of families settled in the Acre lands. The paradigm of agrarian capitalism and the paradigm of the agrarian question served as the basis for the new land policy implemented in an arbitrary and exclusionary manner. In the midst of all this, the Federal and State Governments turned a blind eye to the killings of workers in the forests of Acre.

Keywords: Acre; South-Western Amazon; Land conflicts; Community Movements; Land reform.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO; 1 “PROGRESSO” EXCLUDENTE E O GERMINAR DE MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS NAS MATAS ACREANAS; 2 “VIVÊNCIAS” E “MORRÊNCIAS” PELA TERRA NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL; 3 UMA REFORMA AGRÁRIA INCIPIENTE E EXCLUDENTE; 4 OS PROJETOS FEDERAIS DE ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS NO ESTADO DO ACRE (1971 – 2018); CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO

A luta pela posse da terra na Amazônia Sul-Occidental tem, no mínimo, dois lados: o dos fazendeiros ricos que por vezes atuam conjuntamente com grileiros e o dos posseiros e colonos que atuam como seringueiros, agricultores ou pescadores. Enquanto os fazendeiros conseguiram a documentação da terra dos antigos seringais acreanos que estavam falidos, aos seringueiros e seus descendentes que viviam nas “colocações” não foi dado o usucapião. Mesmo que estes tenham sido enviados para a Amazônia por iniciativa e ordem do Governo Federal. Eles trabalhavam na coleta do látex, da castanha, viviam de pequenas plantações e da pesca desde a época dos seringais, residindo nas localidades há quase cem anos. Em vários momentos de análise das cartas se percebe um comportamento dual: por um lado, compradores das terras que intentavam derrubar a floresta para vender as árvores de madeira nobre, por outro os seringueiros que necessitavam da floresta de pé para manter o sustento de suas famílias.

No meio disso tudo os Governos Federal e Estadual fechavam os olhos para as matanças de trabalhadores nas matas acreanas. Os trabalhadores ao tentar resistir aos desmatamentos eram ameaçados por jagunços ou mortos em defesa de suas “colocações”, de seus lares, de suas famílias. Quase nunca esses assassinatos eram elucidados.

Ao buscar entender as tipificações dos movimentos sociais e dos grupos comunitários, ensejando uma postura de maior conhecimento sobre os mesmos, bem como sobre a atuação de sua liderança, tomamos por empréstimo os termos utilizados por Munck, Choi-Fitzpatrick e Guevara. O foco de análise desses agrupamentos se deu em três enfoques: com Guevara¹, os enfoques teóricos e as agendas de investigação; com Choi-Fitzpatrick², os perfis de liderança; e, com Munck³, a centralidade das abordagens. Nosso objetivo foi analisar as lutas pela posse da terra na Amazônia Sul-Occidental e o germinar de uma reforma Agrária ensejada pelo Governo Federal, a fim de perceber os quantitativos de terras disponibilizadas e de famílias assentadas nas terras acreanas.

¹ GUEVARA, Anahí Durand. Estudios sociológicos sobre los movimientos sociales: enfoques teóricos, problemática y agendas de investigación. In: **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12249087001>>. Acesso em 22 de ago. 2022.

² CHOI-FITZPATRICK, Austin. Managing Democracy in Social Movement Organizations, Social Movement Studies. In: **Social Movement Studies Journal of Social, Cultural and Political Protest**. 2015. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/loi/csms20>>. Acesso em 20 de ago. 2022.

³ MUNCK, Gerardo L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais. In: **Dados**. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000100005>>. Acesso em 20 de ago. 2022.

Metodologicamente, as relações sociais estabelecidas nos grupos sociais de conduta coletiva em luta contra o poder dominante podem ser aplicadas a partir da teoria dos novos movimentos sociais de Guevara. Verificamos a aplicabilidade dos três princípios propostos por Guevara: o princípio da identidade em consciência de organização e prática conjunta, para entender como os grupos de base foram formados e as associações de luta pela manutenção da floresta de pé; o princípio de oposição para perceber as ações, que os indígenas, extratores, agricultores, seringueiros e moradores da periferia fizeram para agir quando do surgimento do conflito com os representantes do “Capital”, que tentavam tomar suas terras; e, o princípio da totalidade, para entender a transcendência que esses movimentos tiveram de suas ações, a partir da luta, eles se instauraram como, associações, grupos sociais, sindicatos rurais, formaram as reservas extrativistas e atuaram na demarcação de terras urbanas para moradia popular.

Ariovaldo Oliveira⁴ afirma que existem duas direções ou modelos de análise da questão agrária: o paradigma do capitalismo agrário⁵ e o paradigma da questão agrária⁶. Durante a Ditadura Militar, nos anos de 1970 e 1980 o Governo acreano, incentivou a transformação dos seringais em fazendas para a criação de gado. No Centro-Sul do país, era anunciado o lema: “Terra sem gente para gente sem terra”, o que provocou um novo fluxo migratório para as terras do Norte, em especial para a Amazônia Sul-Occidental.

Muitos dos habitantes da floresta tornaram-se peões nas áreas de desmate e derrubadas das fazendas recém implantadas, mas a maioria migrou com suas famílias para a cidade em busca de novas oportunidades de trabalho. O êxodo rural levou dezenas de milhares de moradores da zona rural para as cidades. Sem dinheiro e sem perspectivas de finanças para aquisição de moradia, esses

⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, p. 46.

⁵ Este defende que com o desenvolvimento do capitalismo no campo não há lugar para o campesinato, passando a existir pequenas empresas familiares e grandes empreendimentos rurais. As correntes teóricas que defendem o paradigma do capitalismo agrário, afirmam que a penetração do capital no campo ocorre por meio de um processo de separação em três etapas: “a primeira seria dada pela separação do camponês dos estreitos vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais”; a segunda se dá na economia de mercado, separando a agricultura e a indústria rural; enquanto que a terceira separaria os meios de produção do pequeno produtor, no qual o camponês se transformaria em um proletariado. Ver: COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial**. Rio Branco: Edufac, 2019, p. 31.

⁶ O segundo, parte do princípio de que sendo o desenvolvimento do modo de produção capitalista contraditório, pode-se afirmar que este cria e recria relações não capitalistas de produção no espaço agrário. Ocorre assim, a recriação do campesinato, tendo em vista que o camponês é um indivíduo que luta para entrar na terra e nela permanecer. Ver: COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial**. Rio Branco: Edufac, 2019, p. 31.

migrantes se instalaram nas periferias das cidades, principalmente nas áreas alagadiças e degradadas.

1 “PROGRESSO” EXCLUDENTE E O GERMINAR DE MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS NAS MATAS ACREANAS

A exclusão dos povos tradicionais e dos posseiros da construção do dito “progresso” nas terras da Amazônia Sul-Occidental é perceptível a olho nu. Os grupos sociais que habitavam as florestas: indígenas, extratores, agricultores, seringueiros, posseiros e outros não faziam parte dos planos dos compradores dos seringais, antes, eram vistos como ameaça à propriedade da terra. Assim foram expulsos os habitantes das florestas em uma denominada “limpeza da área”, que contava com fazendeiros acompanhados de jagunços, advogados, pistoleiros, envolvendo até a colaboração de policiais, oficiais de justiça, promotores e juizes, na defesa desses ditos “cidadãos honrados”, que tantas vezes, por suas atitudes, se confundiam com especuladores e grileiros.

Elder Paula, em sua obra *Seringueiros e sindicatos*⁷, cita os estudos produzidos pelo Banco Mundial, afirmando que os desmatamentos foram tamanhos que, entre 1975 e 1980, cerca de 5,4% das terras acreanas foram desmatadas. O autor afirma ainda que esse perfil predatório se deu principalmente no curso que segue o traçado das BRs 364 e 317 e da AC-40. Dessa forma, a atividade de compra das terras se deu mais atuante nos municípios de Plácido de Castro, Senador Guimard, Boca do Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Assis Brasil, Brasília e Xapuri.

As pessoas que viviam nessas comunidades começaram a se unir em defesa da luta pela terra em que habitavam há gerações. Esses grupos tiveram duas formações básicas: uma apoiada pela Igreja Católica e outra com movimentos sociais nascidos pela união em prol do bem comum. Esses dois tipos de movimentos também tinham dois tipos de lideranças distintos.

As formulações traçadas por Choi-Fitzpatrick⁸ são bem próximas das encontradas em nosso campo de estudo, tendo de um lado uma organização de luta social com liderança da igreja Católica que, em grande medida, pauta o discurso de movimentação por direitos sociais; e, de outro lado,

⁷ PAULA, Elder Andrade de. *Seringueiros e sindicatos*: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1991. (Dissertação de Mestrado).

⁸ Choi-Fitzpatrick (2015) em sua obra “Managing Democracy in Social Movement Organizations”, ao estudar os *estadiamentos* e os *scripts* de duas organizações sociais denominadas “Coalition” and “Taskforce” percebe duas estruturas distintas de organização: uma de cunho mais religioso e centralizada na figura do líder que deve dar os encaminhamentos para alcançar os objetivos pautados e outra mais aberta, com maior inserção das pessoas na proposição de pauta e construção de objetivos.

existem os grupos e associações pré-sindicais, com discurso mais participativo, embora com objetivos muito parecidos ao primeiro.

Percebemos que o problema da coordenação persiste, não apenas pela orientação política, social ou por estratégias de identidade. Com o assassinato de algumas lideranças dos grupos sociais, prisões de outras, e, ainda, repressão constante contra aqueles que se opõem as políticas de fomento para a “integração da Amazônia” fez com que houvesse o enfraquecimento de ações coletivas. Tanto a orientação quanto a condução de ações presentes nas cartas devem ser levadas em conta, uma vez que esses movimentos buscavam, em última instância, a resolução dos conflitos existentes, atuando pelo viés democrático, em busca de justiça social.

Dado o contexto, percebemos que a correlação aplicada por Choi-Fitzpatrick pode ser replicada, com as devidas adaptações ao contexto amazônico, por possibilitar uma visão mais ampla dos movimentos sociais e a luta por direitos, dentre eles a posse da terra, ensejando a percepção do lugar de onde se fala, o que se diz e como isso representa os trabalhadores que foram expropriados de seus direitos básicos.

As relações sociais estabelecidas dão conta de atuações em várias frentes de organizações sociais, movimentos sociais e agentes sociais que tiveram suas ações a partir de visões eclesiásticas e sociológicas⁹. Ao nos aprofundarmos um pouco mais nos estudos sobre esse período de intensos conflitos na Amazônia Sul-Occidental, percebemos o embrião de luta que tomou fôlego a partir da cidade de Rio Branco irradiando por todo o Estado do Acre e circunvizinhanças amazônicas.

Ocupação e violência são elementos constitutivos do processo de urbanização acreano. Ao analisarmos jornais do período de 1971 a 1985, foram pouco mais de cento e vinte as inserções escritas que falavam dos posseiros enquanto vítimas dos conflitos pela terra nas áreas de ocupações, ou seja, 12% das inserções tratam do sofrimento de agressões – excluídas as denúncias, as epístolas, manchetes de capa e outras que também tratavam da temática.

2 “VIVÊNCIAS” E “MORRÊNCIAS” PELA TERRA NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

Dezenas de grupos sociais de resistência à opressão e luta pela posse da terra foram formados – além de mais de uma centena de Comunidades Eclesiais de Base. Esses grupos sociais,

⁹ MUNCK, 2022, p. 2-4.

movimentos de organização de ações, grupos de “empates”, grupos pré-sindicais e associações de moradores se fizeram presentes tanto nas comunidades que viviam nas florestas e eram oriundas das anteriores sedes dos antigos seringais quanto nas periferias das cidades.

Depois de uma maior organização, vários desses movimentos sociais se tornaram sindicatos e associações organizadas, sendo perseguidos pelos poderes político e econômico. A perseguição veio contra os que resistiam ao poder do “grande Capital”. Desses agrupamentos e sindicatos formados, pode-se dizer, a princípio, que dezenas de líderes foram presos; e várias foram as “mortes misteriosas”¹⁰, contudo, a luta não cessou, das várias formas de luta gestadas ali, o “empate” de derrubada da floresta que se tornou símbolo da resistência, da nova fase de luta dos seringueiros.

Na página 06 do Boletim Informativo “Nós, Irmãos”, produzido pela Igreja Católica, através de sua Prelazia do Acre-Purus, pode-se ler:

Os trabalhadores rurais sempre são vítimas das violências empregadas por parte de fazendeiros, como mostram os recentes conflitos envolvendo trabalhadores e até policiais em Feijó e Boca do Acre.

Juntou-se a estes fatos, outro muito mais grave: o assassinato de Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia. (...) como declarou o delegado encarregado do inquérito policial, esse ato “foi obra de profissional de gatilho, provavelmente pago”. Todavia, são publicamente conhecidas as ameaças feitas por fazendeiros àqueles que se opõem a seus interesses¹¹.

Na página seguinte do mesmo Boletim há a denúncia feita pelo Centro de defesa dos direitos humanos:

Esperávamos que as autoridades policiais conduzissem as investigações para apurar as mortes do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Sr. Wilson de Souza Pinheiro, e do gerente da fazenda Nova Promissão II, Sr. Nilo Sérgio, com imparcialidade e sobretudo sem recorrer a métodos condenáveis pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela própria Constituição Brasileira¹².

Quanto ao assassinato de Wilson Pinheiro, o historiador Marcos Neves (2013), ao dar entrevista para um jornal da localidade, escreve:

¹⁰ o presidente do Sindicato de Sena Madureira morreu misteriosamente afogado; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Wilson Pinheiro, e, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Chico Mendes foram assassinados.

¹¹ *Boletim Nós, Irmãos*. Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, junho, ano IX, nº 06, p. 06.

¹² *Boletim Nós, Irmãos*. Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, setembro, ano IX, nº 09, p. 07

Foi pelas vozes alheias que começamos a conhecer a história do Wilson. Sobram relatos do dia 21 de julho de 1980, quando três balas desferidas pelas costas puseram fim a sua vida. O primeiro dos líderes da floresta a morrer sem razão, por uma causa. Mas não o último a pagar com sua vida para que outros pudessem continuar vivendo de acordo com suas tradições ancestrais. Foram esses relatos da morte, da comoção popular, do enterro, da indignação, da dor e das juras de vingança, publicadas nos jornais acreanos e repetidas nas entrevistas feitas com as pessoas que participaram dessa história, que nos fizeram começar a ouvir o som da voz daquele homem calado¹³.

Elder Andrade de Paula, em seu livro “Desenvolvimento Insustentável”, escreve sobre os planos por trás da morte de vários líderes de movimentos sociais no Acre. Ele afirma que:

O jornal Varadouro registrou de forma incomparável a escalada de violência no campo, que culminaria com o assassinato de Wilson Pinheiro, Presidente do STR de Brasileia, em 21 de julho de 1980. Este ato resultou de uma decisão firmada entre fazendeiros e seringalistas de combater a organização sindical dos trabalhadores através da eliminação de suas lideranças mais expressivas, conforme o externou publicamente um de seus articuladores, Guilherme Lopes, na Rádio Seis de Agosto de Xapuri. Segundo as palavras desse seringalista, a solução para os conflitos de terras no Acre era matar os presidentes dos sindicatos, os padres e delegados sindicais¹⁴.

O plano de matar sistematicamente os trabalhadores rurais e líderes sindicais que se opusessem a criação dos latifúndios foi uma estratégia crescente das organizações que utilizavam da violência privada contra as organizações dos trabalhadores. O Caso de Brasiléia é contundente porque houve a reação imediata da base sindical, resultando no “Justiçamento” de “Nilão”, que era considerado um dos responsáveis pelo crime¹⁵. A polícia e a justiça que demoraram dias para abrir processo pela morte do Wilson Pinheiro e que dava como incerto a descoberta do assassino, foi rápida e ágil em prender os seringueiros que supostamente teriam participado da emboscada contra o “acusado de matar Wilson”. Se por um lado, para o Estado, através da polícia, não poderia “prender” sem provas, ou levar à delegacia para depor, sem a devida consistência os pretensos

¹³ NEVES, Marcos Vinícius. **A história de Wilson Pinheiro.** (2013). Disponível em <<http://eduardoeginacarli.blogspot.com/2013/09/a-historia-de-wilson-pinheiro-por.html>>. Acesso em 25 de junho de 2022, p. 03.

¹⁴ PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercados da natureza.** Rio Branco: Edufac, 2013, p. 245.

¹⁵ PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercados da natureza.** Rio Branco: Edufac, 2013, p. 246.

matadores de Wilson, por outro lado, o Estado não viu problemas em “prender” sem provas e levar para a delegacia, para depor, os seringueiros acusados do segundo crime.

Também Xapuri e Rio Branco tiveram seus Sindicatos de Trabalhadores Rurais, este formado em 23 de maio de 1976, com 1.352 participantes em assembleia inicial; e aquele em 09 de abril de 1977, com 302 trabalhadores em sua assembleia inicial. Todos esses sindicatos associados conseguiram o objetivo intentado de “empatar” as derrubadas. No início, eram apenas homens a fazer parte dos “empates”. Os fazendeiros para “proteger” os peões, chamavam a polícia, que efetuava várias prisões. Por outro lado, os sindicatos acionavam os advogados para soltar os seringueiros, alegando falta de prova diante dos pretensos delitos de que foram acusados. Os empates¹⁶ aumentaram sua proporção, a ponto de mulheres e crianças participarem para inibir a violência policial.

Um estudo do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (Cedeplar)¹⁷ revelou que, de modo geral, as práticas criminosas contra pequenos ocupantes eram acobertadas pelas autoridades locais que conscientemente omitiam-se de tomar atitudes contra os agressores¹⁸. Também se pode dizer da Delegacia Regional do Trabalho, instalada no Acre em 1969, somente em 1972 funcionou com regularidade, mesmo que em condições precárias de instalação. A Justiça do Trabalho, criada em 1970, somente foi instalada três anos depois.

3 UMA REFORMA AGRÁRIA INCIPIENTE E EXCLUDENTE

O Governo Militar sendo pressionado pelos grupos de posseiros e movimentos sociais precisou tratar da questão fundiária, propondo uma reforma para o campo com marcos de propriedade capitalista. A *reforma agrária*, ou seja, a transformação na estrutura da propriedade da terra, não do capital, vai marcar a produção capitalista. Sua implementação, vista pelo latifúndio como *coisa de comunista*, foi realizada pelo Marechal Castelo Branco, através do *Estatuto da*

¹⁶ Os “empates” constituíam-se em importantes movimentos sociais de resistência dos povos da floresta contra a expansão do capital agropecuário. Esses empates eram grandes mutirões feitos para evitar os desmatamentos em áreas ameaçadas pelos fazendeiros.

¹⁷ O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) foi criado em 1967 como órgão complementar da Universidade Federal de Minas Gerais. Passou a funcionar a partir do ano de 1968, com a finalidade de abrigar um programa de pesquisa e ensino de pós-graduação em Economia. Inicialmente as atividades do Cedeplar estiveram voltadas para os estudos de economia regional.

¹⁸ CEDEPLAR (UFMG). *Migrações Internas na Região Norte: o caso do Acre*. Belo Horizonte. 1979. v. I.

*Terra*¹⁹, de 30 de novembro de 1964, que foi implementado depois da promulgação da *Emenda Constitucional Nº 10*, de 09 de novembro de 1964²⁰. A partir desse novo entendimento jurídico, foi permitido o pagamento de indenização das terras desapropriadas, para reforma agrária, em título da dívida pública e não em dinheiro, como era legal até então.

O Estatuto foi pensado para favorecer a *empresa rural* uma vez que o minifúndio, pequena propriedade de terra não tinha acesso a créditos nem a tecnologias produtivas. Somente a *empresa rural* tinha acesso a créditos e tecnologias.

Na lógica mais ampla da Doutrina de Segurança Nacional, a política agrária visava impedir o agravamento das condições e lutas no campo, o que implicava na “despolitização da questão fundiária e a exclusão do campesinato das decisões sobre os seus próprios interesses”²¹. Outrossim, a reforma agrária contemplada nesse estatuto limitou-se “aos casos de tensão grave, em áreas prioritárias, quando então pode haver a desapropriação por interesse social, e aos casos de reassentamento de minifundiários, ou de vítimas de conflitos, em certas regiões”²².

Na busca pela retomada do crescimento econômico, desde 1968, o General Médici, apoiou-se em projetos que causassem impacto e slogans ufanistas, assim, o regime voltou-se para a ocupação da Amazônia com o intuito de “resolver o dilema homens sem-terra, para terra sem homens”, tomando uma série de medidas políticas como: a criação do *PIN – Plano de Integração Nacional* (16/06/1970); do *INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária* (09/07/1970); do *PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste* (06/07/1971), programas integram o *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – PND* (1972/1974).

Sandra Basílio, ao estudar *A luta pela terra e a Igreja Católica no Vale do Acre e Purus*²³, percebeu que a leitura que se fazia nas notícias dos jornais oficiais é a de que essas populações estavam invadindo ou ocupando uma área que não lhes pertencia – o que não é verdade. Os

¹⁹ BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964 (dispões sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

²⁰ BRASIL. Constituição (1946). **Emenda constitucional nº 10**, de 09 de novembro de 1964. Brasília, 1964. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc10-64.htm>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

²¹ MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984, p.32.

²² Idem, p.33.

²³ BASÍLIO, Sandra Teresa Cadiolli. **A Luta pela Terra e a Igreja Católica no Vale do Acre e Purus (1970-1980)**. Recife: UFPE, 2001. Tese de Doutorado em História do Brasil – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife.

seringueiros, posseiros e índios estavam lá há muito tempo, estes desde há vários séculos, e aqueles, desde a abertura e expansão da fronteira acreana.

Somente em 1974 a representação do INCRA no Estado do Acre passou a ser uma Coordenadoria Regional da Amazônia Ocidental, com jurisdição e autonomia no Acre e Rondônia, para intervir na questão fundiária. A ação do INCRA objetivava, a priori, evitar e/ou conter a violência nos conflitos originados da luta pela terra e reconheceu que os pequenos ocupantes de terras acreanas tinham direitos adquiridos pela ocupação das mesmas, embora não tenha agido com essa propriedade por muito tempo.

Em 1975 houve um encontro em Goiânia, onde cristãos, entre bispos, padres, religiosos e leigos se reuniram entre os dias 16 e 22 de junho, discutiram as necessidades e os problemas da terra que afligiam a Amazônia Legal e o restante do país. No desfecho desse encontro, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) instalou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o bispo acreano-puruense que participara do encontro, Dom Moacyr Grechi, foi eleito seu primeiro presidente.

Ainda em 1975 foi instalada no Acre a Delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que interferiu e orientou as ações de produtores rurais, posseiros e seringueiros contra o intento dos “novos donos da terra” de expulsá-los. Os conflitos pela posse da terra estavam em vários lugares, embora a maior concentração se desse em Xapuri. De acordo com Costa Sobrinho²⁴, a CONTAG estabeleceu três linhas de ação baseadas no Estatuto da Terra e no Código Civil de 1917.

Todas essas ações pressionaram os governos federal e estadual a desenvolver uma política de terras visando executar a reforma agrária nas terras acreanas. A reforma não saiu como o almejado pelos grupos litigantes. Muitos dos dados existentes sobre o assunto “sumiram” dos arquivos. Encontramos algumas cópias desses dados em Brasília, outros em Pernambuco, e, ainda, outros no Amazonas – mesmo assim, a fragmentariedade parece ter se tornado a regra na constituição das políticas públicas traçadas nesse sentido.

Os primeiros projetos de assentamento do Incra em terras acreanas foram marcados por falta de uma política pública de desenvolvimento baseado nas particularidades locais, o que levou a uma reconcentração fundiária e deterioração desses processos.

²⁴ COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-1981)**. São Paulo: ECA-USP, 2000. Tese de Doutorado.

Entre os anos de 1976 e 1985 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária utilizou o processo de desapropriação para a reforma agrária criando três modalidades de assentamento: o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD); o Projeto de Assentamento (PA); E O Projeto de Assentamento rápido (PAR). Nesses projetos eram assentadas prioritariamente as famílias oriundas do Centro-Sul do país.

Os PAD's, também denominados de Projetos de Colonização (PC) foram criados a partir da década de 1970 para assentamento de pequenos e médios agricultores em regime de propriedade familiar. Os PAD's Pedro Peixoto e Boa Esperança foram o marco inicial de colonização dirigida no Estado do Acre, trazendo principalmente migrantes do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Os PA's foram uma modalidade de assentamento que incentivava a prática de agricultura em áreas abertas. As unidades produtivas eram tituladas aos assentados que deveriam cultivar seus lotes para a produção.

Os PAR's objetivavam a regularização e ocupação de áreas tidas por devolutas que houveram sido arrecadadas na faixa de fronteira do Estado do Acre, através de uma inicial "Autorização de Ocupação" (AO), e, com o passar dos anos, essas terras foram demarcadas passando as famílias a obter o Título Definitivo Rural (TDR).

Percebe-se, contudo, que depois de assentar os colonos na terra os Governos Federal e Estadual pouco fizeram para subsidiar a produção, dar acesso a água potável e energia elétrica ou, ainda, abrir estradas e ramais que pudessem servir de escoadouro para a produção agrícola e pastoril que se ensejou produzir nessas terras.

São raros os dados sobre a reforma agrária uma vez que muitos deles têm graves inconsistências de duplicação de titularidade para as mesmas propriedades. Assim sendo, para fazer nossa análise, escolhemos levar em conta um levantamento produzido pelo Relatório 227 do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

4 OS PROJETOS FEDERAIS DE ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS NO ESTADO DO ACRE (1971 – 2022)

O acesso à informação sobre a reforma agrária sempre foi difícil pelo fato de os dados estarem espalhados em várias delegacias regionais, contudo no dia 11 de setembro de 2023 o Inbra, através do Relatório 227 publicou uma sistematização dos "Projetos de Reforma Agrária Conforme

Fases de Implementação”, com período de 01/01/1900 até 02/04/2023. De acordo com esses dados da “Coordenadoria-Geral de Implantação”, da “Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento” do Inca, o Brasil constitui 9.435 projetos de reforma agrária, assentando e/ou regularizados 969.944 famílias em 87.675.720,6484²⁵.

Quanto ao Estado do Acre, de acordo com dados da Superintendência Regional do Inca no Acre, entre os anos de 1.900 e 2.020, foram instalados 158 projetos no Estado, em uma área de 5.609.212,3666 com 32.335 famílias assentadas e/ou regularizadas²⁶, sendo que, conforme se percebe na tabela, a reforma agrária somente começou a ser realizada no Estado do Acre a partir do ano de 1971 – mesmo já havendo prerrogativa legal em dois planos de reforma agrária anteriores²⁷.

No período em que as populações rurais começaram a se organizar nas Comunidades de base, associações e sindicatos, entre os anos de 1971 e 1985, foram executados no Estado do Acre 37 projetos de assentamentos de populações rurais – a maioria deles para assentar as populações provenientes do centro-sul que foram realocadas na Amazônia Sul-Occidental.

²⁵ BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária Conforme fases de Implementação**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. DF: SIPRA/SDM, 2020. Disponível em <http://www.inca.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em 29 de maio de 2020, p. 334.

²⁶ Idem, p. 195.

²⁷ BRASIL. **Decreto-Lei nº 554**, de 25 de abril de 1969. (Regula o processo especial de desapropriação dos imóveis rurais situados em áreas ditas preferenciais, ou seja, em zonas críticas ou de tensão social).
BRASIL. **Lei Federal Nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. (Dispõe do Estatuto da Terra e dá outras providências).
BRASIL. **Lei Nº 601**, de 18 de setembro de 1850. (Dispõe sobre as terras devolutas ao Império).

Imagem 01: Projetos de Reforma Agrária no Acre durante a Ditadura Militar

Projetos de Reforma Agrária no Acre, conforme fases de implementação do INCRA (1971-1985).							
Nº	Nome do Projeto	Município Sede	Área	Famílias Assentadas	Fase	Forma de Obtenção	Data de Obtenção
01	PAR MÁRIO LOBÃO	BOCA DO ACRE	43.515,3778	280	07	Arrecadação	17/04/1980
02	PAR ALELUIA	MANOEL URBANO	18.244,6647	163	07	Arrecadação	06/10/1980
03	PAD PEDRO PEIXOTO	ACRELÂNDIA	296.243,8722	4.683	07	Desapropriação	31/10/1977
04	PAD BOA ESPERANÇA	SENA MADUREIRA	80.150,9465	977	07	Arrecadação	09/10/1978
05	PAD QUIXADÁ	BRASILEIA	76.741,3720	1.006	07	Desapropriação	27/08/1980
06	PAD HUMAITÁ	PORTO ACRE	61.179,0000	958	07	Desapropriação	22/09/1980
07	PA ESPINHARA	BUJARI	1.700,0000	29	07	Desapropriação	12/11/1985
08	PA VISTA ALEGRE	RIO BRANCO	947,1034	35	07	Desapropriação	27/12/1985
09	PA CUMARU	ACRELÂNDIA	5.970,3891	81	07	Arrecadação	05/03/1979
10	PA ORIENTE	SENA MADUREIRA	5.650,0000	104	06	Arrecadação	22/03/1982
11	PAF PROVIDÊNCIA CAPITAL	SENA MADUREIRA	32.000,0000	238	06	Desapropriação	27/12/1976
12	PA UIRAPURU	SENA MADUREIRA	1.912,6516	43	07	Arrecadação	29/11/1979
13	PA CASTELO	MANOEL URBANO	668,0889	28	07	Arrecadação	20/07/1981
14	PA SANTA ROSA	SANTA ROSA DO PURUS	37.460,0000	100	05	Arrecadação	04/10/1985
15	PAF VALENCIA	SENA MADUREIRA	20.183,0000	113	06	Desapropriação	27/12/1976
16	PA JOÃO BATISTA	SENA MADUREIRA	3.960,2534	84	07	Desapropriação	27/12/1976
17	PDS GERALDO FERNANDES	SENA MADUREIRA	1.929,0000	56	06	Arrecadação	29/11/1979
18	FLONA FLORESTA NACIONAL DO MACAUÁ	SENA MADUREIRA	173.475,0000	16	03	Reconhecimento	19/04/1982
19	FLONA FLORESTA NACIONAL DO SÃO FRANCISCO	SENA MADUREIRA	21.600,0000	11	03	Reconhecimento	29/11/1979
20	PDS LÍDIA CRAVEIRO	SENA MADUREIRA	804,0000	24	06	Arrecadação	29/11/1979
21	PE POLO AGROFLORESTAL DE CAPIXABA	CAPIXABA	254,6021	24	03	Reconhecimento	19/10/1979
22	PAE SANTA QUITÉRIA	ASSIS BRASIL	43.682,3267	285	07	Desapropriação	27/08/1980
23	PAE SÃO PEDRO	RODRIGUES ALVES	25.437,9700	332	07	Arrecadação	10/07/1980
24	PAD SANTA LUZIA	CRUZEIRO DO SUL	62.267,8794	891	07	Arrecadação	11/07/1980
25	PA NOVA CINTRA	RODRIGUES ALVES	1.464,4040	59	07	Arrecadação	01/12/1983
26	PA IUCATAN	RODRIGUES ALVES	849,4889	41	07	Arrecadação	01/12/1983
27	PA RIO AZUL	RODRIGUES ALVES	2.993,0381	50	05	Arrecadação	11/07/1980
28	PA AMENA	FEIJO	1.840,1579	17	06	Outros	14/09/1981
29	PA SÃO DOMINGOS	MANCIO LIMA	1.665,6013	146	07	Arrecadação	01/10/1980
30	PA VITÓRIA	PORTO WALTER	1.193,1105	31	06	Arrecadação	01/10/1980
31	PA URUBURETAMA	CRUZEIRO DO SUL	1.287,2591	20	07	Arrecadação	03/12/1979
32	PA NARCISO ASSUNÇÃO	CRUZEIRO DO SUL	4.950,4975	80	07	Desapropriação	07/10/1981
33	PA PEDRO FIRMINO	CRUZEIRO DO SUL	6.401,8489	79	07	Arrecadação	10/06/1980
34	PDS SETE LAGOAS	TARAUACA	750,0000	28	05	Discriminação	24/02/1983
Total	----	----	1.039.372,9040	11.112	----	----	----

00 – Em Obtenção 01 – Pré-Projeto de Assentamento 02 – Assentamento em criação 03 Assentamento Criado 04 – Assentamento em Instalação
05 – Assentamento em Estruturação 06 – Assentamento em Consolidação 07 – Assentamento Consolidado 08 – Assentamento Cancelado

Fonte: Recorte do autor com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário – INCRA/MDA²⁸.

Entre 1971 e 1985 foram implementados 37 projetos de reforma agrária, totalizando **10.393,729040** (dez mil, trezentos e noventa e três) quilômetros quadrados disponibilizados para assentamentos no Estado do Acre. Ao fazer uma relação entre as áreas disponibilizadas no Acre para assentamentos²⁹ de reforma agrária e as áreas de atuação das Prelazias do Acre-Purus e da

²⁸ INCRA. Relatório 0027 SIPRA/INCRA. In: BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em 20 de dez. 2022.

²⁹ PAR – Projeto de Assentamento Rápido

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista Federal

PA – Projeto de Assentamento Federal

PAF – Projeto de Assentamento Florestal

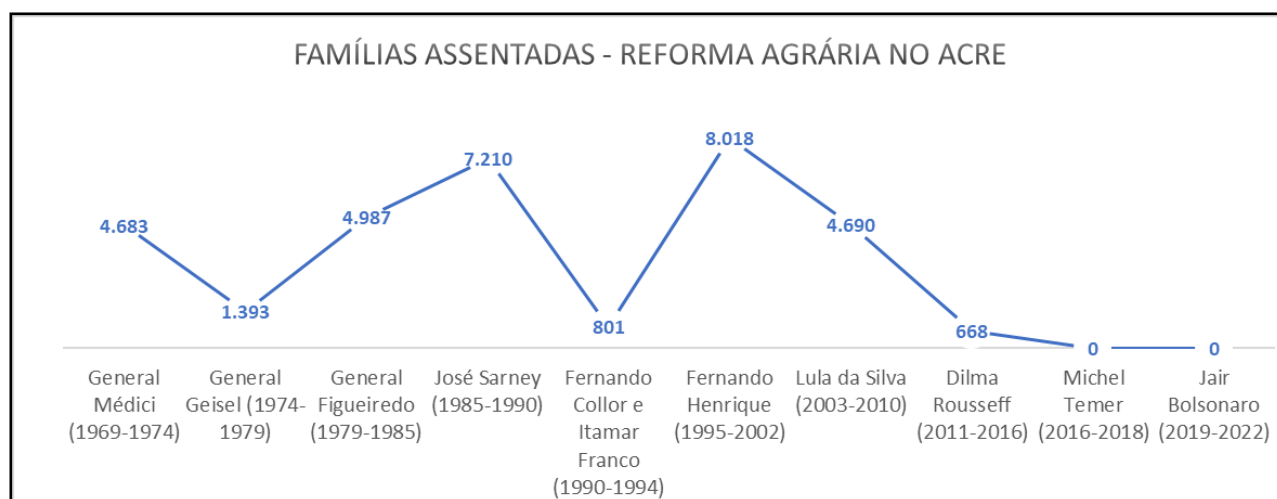
PDS – Projeto De Desenvolvimento Sustentável

PE – Projeto de Assentamento Estadual sem convênio

Prelazia do Juruá percebe-se que 9.282,716484 (nove mil, duzentos e oitenta e dois) quilômetros quadrados estão situados nos Vales do Acre e Purús; e, 1.111,012556 (hum mil, cento e onze) quilômetros quadrados estão situados nos Vales do Juruá e Tarauacá.

Quanto às famílias assentadas, 11.112 (onze mil, cento e doze) famílias foram assentadas no Estado do Acre. Destas, 9.338 (nove mil, trezentos e trinta e oito) famílias assentadas em áreas situadas nas terras que compõem a Prelazia do Acre-Purus, no Alto Acre e Alto Purus; e, 1.774 (hum mil, setecentos e setenta e quatro) famílias assentadas em áreas situadas nas terras que compõem a Prelazia de Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá e Alto Tarauacá.

Imagem 02: N° de famílias assentadas em Projetos de Reforma Agrária no Acre (1971-2022)



Fonte: Recorte do autor com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário – INCRA/MDA³⁰.

No ano de 1985, no governo José Sarney, o Brasil produziu seu Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República³¹. 19 anos depois, no governo Lula da Silva, foi produzido o II Plano

FLONA – Floresta Nacional

³⁰ INCRA. Relatório 0227 SIPRA/INCRA. In: BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2023. Disponível em <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2023, p. 197-203.

³¹ BRASIL. **Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República** - 1. PNRA: 1985-1989: decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985.

Nacional de Reforma Agrária³². A implementação de ambos os projetos ficou aquém das expectativas.

Com o I Plano Nacional de Reforma Agrária que foi lançado no ano de 1985, havia um discurso de que a Reforma Agrária era uma das “prioridades absolutas no contexto da política de desenvolvimento do País, caracterizando-se como programa da área social orientado para atender a população de baixa renda, migrantes ou moradores de zonas de tensão social e, de um modo geral, os produtores rurais”³³.

Já o II Plano Nacional da Reforma Agrária foi implantado com a visão de consolidar as áreas reformadas, superar estratégias isoladas e fragmentadas de desenvolvimento, desconcentrar da propriedade das terras, fortalecer a agricultura familiar e implantar um novo padrão de desenvolvimento para o meio Rural³⁴. Contudo, esse “novo modelo de reforma agrária” que inovou em “fazer dos assentamentos espaços de produção e de qualidade de vida integrados ao desenvolvimento territorial”³⁵, não logrou êxito em sua orientação de implementação da reforma agrária por relegar esse novo modelo a um segundo plano e focar suas ações de desenvolvimento do campo com base no modelo do agronegócio.

O que se percebe é uma diminuição das ações estatais em desconcentrar a posse da terra e fazer a redistribuição para que haja uma produção no campo. De igual modo, os assentamentos foram relegados a sua própria sorte, sem incentivos para financiar a produção e, a pouca produção existente não encontra estradas ou meios de escoamento. Essas questões nos levam a refletir sobre o que afirmou Eric Sabourin:

Se existe uma prática especulativa, ela advém dos grandes proprietários que negociam com o Incra a desapropriação e a indenização de suas terras; ou vem dos grupos urbanos e fazendeiros que compram lotes abandonados pelos assentados arruinados. São práticas ilegais que acabam sendo aceitas pelo Incra e pelos próprios movimentos sociais. No Brasil

No Brasil de hoje, o que vem fracassando na reforma agrária deve-se, antes de tudo, à inadequação dos instrumentos de políticas públicas ou da sua aplicação. A parte bem-sucedida do processo fundiário – primeiro, o fato de a reforma agrária

³² BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre: Plano Regional de Reforma Agrária (2004-2007)**. Rio Branco, 2004.

³³ BRASIL. **Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República** - 1. PNRA: 1985-1989: decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985, p. 16.

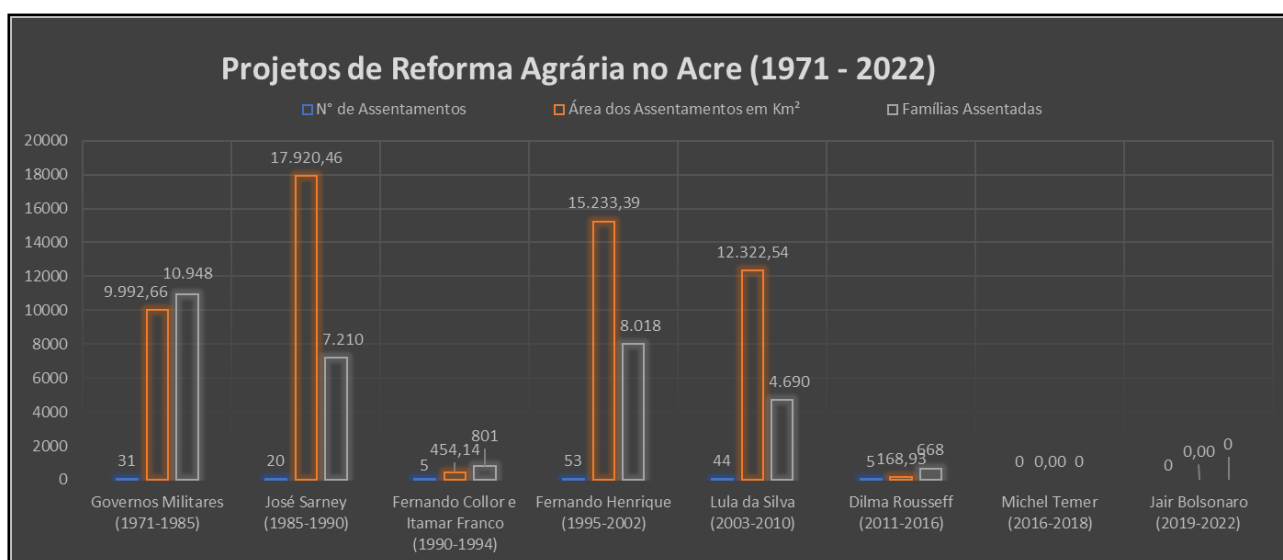
³⁴ BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre: Plano Regional de Reforma Agrária (2004-2007)**. Rio Branco, 2004, p. 11.

³⁵ BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre: Plano Regional de Reforma Agrária (2004-2007)**. Rio Branco, 2004, p. 15.

existir, bem ou mal, mas em geral com resultados positivos – pode ser considerada como uma conquista dos movimentos sociais, inclusive do MST³⁶.

Com o passar dos anos, os movimentos sociais foram se desarticulando nas áreas rurais do Estado. Em 1985, no período de um ano, muita coisa mudou no Vale do Rio Acre: o fim da Ditadura Militar coincidiu com o fim do Boletim *Nós Irmãos* (que trocou a coordenação e passou a ter publicações intermitentes até desaparecer), com a elevação da Prelazia à categoria de Diocese, com a desarticulação das comunidades de base, com a dissolução de várias associações e com um sindicalismo mais centralizado. A partir desse momento, o reflexo nas lutas sociais no meio rural foi de um arrefecimento que, coincidência ou não, teve reflexos na quantidade de projetos de reforma agrária a serem implementados no Estado nos anos seguintes, bem como no tamanho das terras disponibilizadas para as populações rurais.

Imagem 03: Projetos de Reforma Agrária no Acre (1971 – 2022)



Fonte: Relatório 0227 SIPRA/INCRA³⁷ p. 190-195 compilados pelo autor.

³⁶ SABOURIN, Eric. **Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais.** Estud.soc.agric, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008: 151-184, p. 25.

³⁷ INCRA. Relatório 0227 SIPRA/INCRA. In: BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2023. Disponível em <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2023, p. 197-203.

Ao analisar a implementação da Reforma Agrária no Acre, conforme quadro acima, percebe-se que dos 158 projetos implementados, os que alcançaram maior número de famílias foram os dos Governos Militares com 10.948 (dez mil, novecentos e quarenta e oito) famílias assentadas, e, do Governo Fernando Henrique Cardoso, com 8.018 (oito mil e dezoito) famílias assentadas. Quando se compara as áreas de terras disponibilizadas, se destacam os governos José Sarney com 17.920 (dezesete mil, novecentos e vinte) quilômetros quadrados disponibilizados para assentamento; e, Fernando Henrique com 15.233 (quinze mil, duzentos e trinta e três) quilômetros quadrados disponibilizados. O Governo Fernando Henrique executou 53 projetos de assentamento no Acre, seguido pelo Governo Lula da Silva, com 44 projetos.

A análise dos dados obtidos também revela informações que merecem destaque: 1) Não houve projeto de assentamento no Acre implementado pelo Presidente Fernando Collor, nem pelo Presidente Michel Temer, tampouco pelo Presidente Jair Bolsonaro; 2) O Partido dos Trabalhadores surgiu de dentro das Comunidades Eclesiais de Base e, ao assumir o Poder concomitantemente no Governo do Acre³⁸ e Governo Federal³⁹, não realizou a reforma agrária que havia prometido e pela qual havia lutado nas décadas anteriores; 3) Uma “verdade inconveniente” que “salta aos olhos” dá conta que a ação dos agentes sociais mobilizados, lutando pela posse da terra, propiciou que em 14 anos de governos militares fossem assentadas 10.948 (dez mil, novecentos e quarenta e oito) famílias no Acre, enquanto em 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, somados os dois governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, o número de assentados foi de apenas 5.358 (cinco mil, trezentos e cinquenta e oito) famílias – mesmo com a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária; 4) O Governo de Michel Temer e de Jair Bolsonaro não implementaram políticas públicas de assentamento populacional no Acre, tampouco de regularização fundiária.

Ao analisar o contexto dos assentamentos rurais coordenados pelo Governo Federal na Amazônia Sul-Occidental, percebemos a falta de infraestrutura fundiária, falta de políticas públicas de fomento à produção, falta de subsídios e incentivos fiscais para as lavouras, falta de estradas, ramais e logradouros para o escoamento da produção. Também é nítida a mudança de políticas

³⁸ **Jorge Ney Viana** Macedo Neves, do PT, governou o Acre de 1999 a 2006; foi sucedido por **Arnóbio Marques** de Almeida Júnior, também do PT, que governou o Acre de 2007 a 2010; o sucessor foi **Sebastião Afonso Viana** Macedo Neves, também do PT, que governou o Acre de 2011 a 2018.

³⁹ **Luiz Inácio Lula** da Silva, do PT, foi o 35º Presidente do Brasil, com atuação de 2003 a 2010; foi substituído por **Dilma Vana Rousseff**, também do PT, eleita a 36ª Presidente do Brasil, com atuação de 2011 até seu impeachment em 2016.

públicas no que tange ao modo de ver o pequeno produtor assentado. Para Martins, as políticas de reforma agrária implementadas na atualidade são um programa social tratado como se fosse um programa econômico para pequenos empresários agropecuários⁴⁰.

Há a necessidade de revisão na propositura e instrumentalização de assentamentos agrícolas com fins a atividades de reforma agrária, sendo demandada uma modalidade cíclica de desconcentração fundiária e sua extensão, uma vez que a experiência de reforma agrária proposta a partir de 1999 herdou algumas formulações indesejadas do modelo anterior. Na atual modalidade, os beneficiários são instalados em assentamentos coletivos e as habitações, agrupadas em agrovilas, tudo isso com o objetivo de reduzir os custos de infraestrutura como eletricidade, água e estradas⁴¹.

Os modelos analisados se mostraram ineficientes e improdutivos por não agregar substratos de desenvolvimento para a manutenção dos trabalhadores em seus lotes de produção. Antes, pela falta de infraestrutura nas propriedades e, ênfase em pequenos núcleos urbanos subjacentes, propicia não os ares propostos de assentamentos rururbanos, mas o fomento a pequenos núcleos que se estabelecem como pontos de convivência e de moradia – o que foge ao modelo de viver na terra e da terra.

CONCLUSÃO

As vozes dos movimentos e das organizações sociais há muito foram cerceadas, sendo em poucos momentos permitida em periódicos como o Boletim Informativo da Igreja Católica. A união desses trabalhadores em agrupamentos e movimentos foi fundamental para a manutenção da floresta em pé e precisam de maiores análises para compreensão de suas ações em prol do homem amazônida. Assim, o desenvolvimento posto na Amazônia, mais aclarava os interesses dos países industrializados que das populações locais, não sendo ecologicamente sustentável e nem socialmente justo.

⁴⁰ MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003, p. 85.

⁴¹ PEREIRA, José Maria, **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDA, UFRRJ, dissertação de mestrado, 2004; BARBOSA, Marlon. **Programa Banco da Terra – Um estudo de caso no município de Formosa**. Brasília: UnB-FAV- Programa Agronegócios, 2005.

Muitos dos homens e mulheres que habitavam as margens das rodovias no Vale do Tarauacá, Purus e Iaco, nas regiões dos municípios de Tarauacá e Feijó, Manoel Urbano e Sena Madureira foram obrigados a se retirar das terras em que viviam. Percebemos também que os migrantes do Centro-Sul também se instalaram nessas localidades, principalmente próximo à BR-364 e BR-317 e AC-40.

São raros os dados sobre a reforma agrária uma vez que muitos deles têm graves inconsistências de duplicação de titularidade para as mesmas propriedades. Assim sendo, para fazer nossa análise, escolhemos levar em conta um levantamento produzido pelo Relatório 227 do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Nos vários municípios que fazem parte do Vale do rio Acre e do rio Purus a ocupação foi mais extensiva e predatória – embora tenha sido intensa à margem da maioria das rodovias. A derrubada de árvores e queimadas mataram muitos animais, portanto, a sobrevivência do homem da zona rural ficou cada vez mais difícil com o cerceamento de víveres para a coleta, a escassez da caça, as pressões dos grileiros e a derrocada da “economia gomífera”.

O Governo Sarney não fez a reforma agrária que havia se proposto a fazer em conversas com as lideranças católicas da Pastoral da Terra. De igual modo, durante o governo Collor percebe-se que houve um alinhamento do governo com os aliados ruralistas. Sequencialmente, o projeto neoliberal de Fernando Henrique priorizava a agro exportação para atendimento do mercado internacional. Havia uma expectativa de que o Governo Lula efetuasse a reforma agrária, mas a expectativa não se tornou realidade. De acordo com os dados estudados, o Governo Lula quase não mexeu na estrutura fundiária brasileira, nem no modelo agrícola do país. O governo Dilma, aliado a política governamental que já estava no poder há oito anos, o sucedeu e pouco fez para a manutenção das populações camponesas em seus lugares de trabalho, bem como quase não distribuiu terra para quem não a tinha. Com o Governo Temer, as terras acreanas quase não receberam incentivos para assentamentos de famílias já existentes e nenhum novo assentamento foi criado. O Governo Bolsonaro também não investiu em Reforma Agrária nas terras acreanas.

O Governo de José Sarney foi o maior responsável por áreas de assentamentos federais no Estado do Acre. A soma das áreas de assentamentos disponibilizadas pelos governos de José Sarney e Fernando Henrique equivale a 33.153,85 Km², ou seja, a aproximadamente 59% das terras disponibilizadas para a Reforma Agrária no Acre. Os Governos Militares, Fernando Collor, Lula da

Silva, Dilma Roussef e Michel Temer foram responsáveis pelos outros 41% das terras disponibilizadas.

Quanto ao número de famílias assentadas, os Governos Militares e o Governo Sarney foram responsáveis por assentar 18.158 famílias em terras acreanas, ou seja, pouco mais de 56% das 32.335 famílias assentadas em terras acreanas. Os governos Fernando Collor, Fernando Henrique, Lula da Silva, Dilma Roussef e Michel Temer foram responsáveis por assentar os outros 44% de famílias assentadas.

As medidas específicas para a ação do Governo Federal para a Amazônia perpassaram por uma série de ações estratégicas de desenvolvimento regional. Desde de 1966, o desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia foi aprofundado e explicitado no contexto de “modelo econômico” adotado pela Ditadura. Esse modelo foi seguido, em grande medida, pelos governos que sucederam a reabertura democrática.

Com a marcha para o oeste incentivando os antigos seringais a darem lugar a fazendas de gado e a projetos agrícolas e os projetos de desenvolvimento implementados, houve várias disputas pela terra que se tornou mercadoria. Ao mesmo tempo, é perceptível que a maioria das cidades da Amazônia não executou políticas públicas para o fortalecimento de práticas agrícolas ou de incentivo a permanência dos habitantes nas florestas. Pelo contrário, as políticas públicas executadas de vendas de terras, grilagem e expropriação fundiária levou dezenas de milhares de moradores ao êxodo. Aos poucos as periferias das cidades foram se enchendo de migrantes e populações andantes.

Com a nova política de terras implementada, as populações aborígenes e pioneiras foram abandonadas à própria sorte, e precisaram migrar para outros locais ou ficar e lutar pela posse da terra. Os conflitos agrários e as migrações da zona rural para a urbana e dos pequenos centros para as cidades fizeram ocorrer uma grande explosão demográfica nas cidades, aumentando as periferias, levando esses trabalhadores expropriados a viverem à margem das cidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia". *In: D'INCAO, Maria Ângela e*

SILVEIRA, Maria Isolda (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

BARBOSA, Marlon. **Programa Banco da Terra** – Um estudo de caso no município de Formosa. Brasília: UnB-FAV- Programa Agronegócios, 2005.

BASÍLIO, Sandra Teresa Cadiolli. **A Luta pela Terra e a Igreja Católica no Vale do Acre e Purus (1970-1980)**. Recife: UFPE, 2001. Tese de Doutorado em História do Brasil – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife.

Boletim Nós, Irmãos. Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, junho, ano IX, nº 06.

Boletim Nós, Irmãos. Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, setembro, ano IX, nº 09.

BRASIL. Constituição (1946). **Emenda constitucional nº 10**, de 09 de novembro de 1964. Brasília, 1964. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc10-64.htm >. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964 (dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm >. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre: Plano Regional de Reforma Agrária (2004-2007)**. Rio Branco, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República** - 1. PNRA: 1985-1989: decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985.

BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária Conforme fases de Implementação**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. DF: SIPRA/SDM, 2020. Disponível em < http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf >. Acesso em: 29 de maio de 2020.

BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária Conforme fases de Implementação**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. DF: SIPRA/SDM, 2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf> >. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 554**, de 25 de abril de 1969. (Regula o processo especial de desapropriação dos imóveis rurais situados em áreas ditas preferenciais, ou seja, em zonas críticas ou de tensão social).

BRASIL. **Lei Nº 601**, de 18 de setembro de 1850. (Dispõe sobre as terras devolutas ao Império).

CEDEPLAR (UFMG). **Migrações Internas na Região Norte: o caso do Acre.** Belo Horizonte. 1979. v. I.

CHOI-FITZPATRICK, Austin. Managing Democracy in Social Movement Organizations, Social Movement Studies. In: **Social Movement Studies Journal of Social, Cultural and Political Protest.** 2015. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/loi/csms20> >. Acesso em: 20 de ago. 2022.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente da. “**Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia**”. Rio Branco (Acre): Editora Ufac, 2002.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-1981).** São Paulo: ECA-USP, 2000. Tese de Doutorado.

COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial.** Rio Branco: Edufac, 2019.

DEAN, Warren. **A Luta pela Borracha no Brasil.** Um estudo de história ecológica. Editora Nove, 1989.

GUEVARA, Anahí Durand. Estudios sociológicos sobre los movimientos sociales: enfoques teóricos, problemática y agendas de investigación. In: **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología.** Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12249087001> >. Acesso em: 22 de ago. 2022.

INCRA. Relatório 0027 SIPRA/INCRA. In: BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf> >. Acesso em: 20 de dez. 2022.

LIMA, R. B. **Memórias de velhos: sobre terras e gentes.** Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020.

LIMA, R. B. **Sobre Terras e Gentes: o terceiro eixo ocupacional de Rio Branco.** Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MUNCK, Gerardo L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais. *In: Dados*. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000100005> >. Acesso em: 20 de ago. 2022.

NEVES, Marcos Vinícius. **A história de Wilson Pinheiro**. (2013). Disponível em: < <http://eduardoeginacarli.blogspot.com/2013/09/a-historia-de-wilson-pinheiro-por.html> >. Acesso em: 25 de junho de 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PAULA, E. A.; SILVA, M. C. R. Poder local e ambientalismo na terra de Chico Mendes. *In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Belo Horizonte (MG), 2005.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: Edufac, 2013.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade**. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 1991. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, José Maria, **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDA, UFRJ, dissertação de mestrado, 2004.

SABOURIN, Eric. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. *In: Estud.soc.agric*, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008: 151-184.

Recebido em: 09/08/2024 / Aprovado em: 26/08/2024